

**Evento:** XXV Seminário de Iniciação Científica

**O PAPEL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA ÂNGELO MANHKÁ MIGUEL NA CONSTITUIÇÃO DE UMA ESCOLA KAINGANG DIFERENCIADA <sup>1</sup>**

**THE ROLE OF THE STATE INSTITUTE OF INDIGENOUS EDUCATION ÂNGELO MANHKÁ MIGUEL ON THE ESTABLISHMENT OF A DIFERENTIATED KAINGANG SCHOOL**

**Adriana Colling<sup>2</sup>, Verena Strada<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa produzida pelas autoras a partir de um exercício de pensar sobre suas práxis pedagógicas em relação ao Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel.

<sup>2</sup> Professora da área de Ciências Humanas no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel. Mestranda em Educação-UFFS. Possui Licenciatura em Geografia- Unijuí. E-mail: adricolling14@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel. Possui Licenciatura em Física- Unijuí. E-mail: verena.strada@hotmail.com

### **Introdução**

A partir da década de 1970 os movimentos indígenas se fortalecem e muitas discussões e tomadas de decisões referentes a questões que dizem respeito aos povos indígenas e que até então eram tomadas por não indígenas, passaram a ser discutidas por esses movimentos, cujo protagonismo foi fundamental quando da convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987. A partir de intensa mobilização e união dos diversos povos indígenas brasileiros, a Constituição dedica todo um capítulo à questão indígena, garantindo direitos que foram negados durante séculos, inclusive o direito a uma educação escolar na língua materna e de acordo com os processos próprios de aprendizagem de cada povo (Artigo 210).

No Brasil, desde o século XVI se fala em “escola para índios”, caracterizada por ser pensada por não indígenas, de modo que seus objetivos não estavam de acordo com os interesses dos povos nativos. Num primeiro momento a prática escolar visava “catequizar e civilizar” os índios, que eram considerados selvagens pelos colonizadores portugueses. Segundo Berton e Mainardi (2013) discutia-se a humanidade dos povos indígenas e como adequá-los à civilização ocidental cristã, numa tentativa de anular sua cultura por meio da imposição, da dominação e do extermínio. Estas práticas perpassaram o Período Imperial (1822 a 1889) e após a Proclamação da República não foram promovidas significativas mudanças até 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal.

Historicamente, o Estado brasileiro se relacionou com as comunidades indígenas a partir da tendência integracionista (Ferreira, 2012), considerando que a diversidade cultural deveria ser extirpada a fim de dar lugar a um projeto de país sob a ótica do capitalismo, ou seja: por séculos o objetivo do Estado era o de “branquear” os indígenas a fim de que abandonassem suas terras para serem cultivadas por meio de monoculturas e latifúndios, de modo a gerar lucro e que os

**Evento:** XXV Seminário de Iniciação Científica

indígenas, destituídos de sua cultura e de seu território, servissem de mão-de-obra barata e facilmente explorada. A escola foi utilizada como um espaço estratégico para que este projeto fosse colocado em prática.

Quando se trata de educação escolar indígena, é importante lembrar que, ao longo de todo esse tempo, teve-se uma política de integração. A escola foi forjada, e em boa dose ainda é, para transmitir conhecimentos, e o faz a partir de preconceitos e condições que estão longe de universais. A ideia de que deve haver um modelo de ensino especializado para as crianças, materiais específicos e profissionais especializados e um espaço e tempo para esse aprendizado são construções históricas que dizem respeito a uma história particular, a ocidental. Ao transpor esse modelo às populações com outras histórias e culturas, vemos que, por melhor que seja (se é que dá para dizer assim) a intenção e esforço, ele acontece como uma espécie de resíduo: o de que essa escola está ligada a uma ideia de infância, cultura, conhecimento, aprendizado e disciplina típica da sociedade ocidental não indígena. (FERREIRA, 2012, pág. 12)

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o foco das discussões tem se voltado à necessidade de construir uma escola que respeite, reconheça, legitime e auxilie na manutenção da cultura e da identidade indígena. Estudiosos sobre o tema concordam que é através do diálogo entre os saberes tradicionais de cada cultura indígena com os conhecimentos escolares e acadêmicos que se dará este processo de revitalização da cultura indígena (FERREIRA, 2012; BERGAMASCHI e MARQUES, 2013; BERTON e MAINARDI, 2013; AMARAL, 2013).

A busca por constituir espaços escolares cada vez mais adequados às exigências das comunidades indígenas é objeto de pesquisas, da reestruturação de propostas pedagógicas e até mesmo da reorganização das escolas nas comunidades.

Contudo, apesar de muito ter evoluído em termos de respeito à cultura indígena e de incentivo a uma educação escolar adequada para cada comunidade, no Brasil ainda são poucas as instituições que investem na formação de professores de acordo com a perspectiva indígena. Poucos são os cursos de Magistério e Pedagogia que são desenvolvidos a partir de uma interação com a cultura indígena, por meio de uma prática compartilhada que tenha como ponto de origem as necessidades e as particularidades apontadas pelos movimentos sociais indígenas. Essa é uma questão grave, cujas consequências são professores sem formação adequada trabalhando em escolas indígenas, o que aumenta a possibilidade de que a escola continue em seu histórico papel de “branqueamento” dos povos indígenas.

Nesta escrita, nos propomos retratar parte da experiência vivenciada entre 2014 e 2017, no trabalho docente que desenvolvemos junto ao Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, situado na Terra Indígena Inhacorá, no município de São Valério do Sul - RS, com o objetivo de compreender como o Instituto está organizado, e de que modo esse espaço pode contribuir para o processo de construção de uma educação escolar Kaingang específica e diferenciada.

**Evento:** XXV Seminário de Iniciação Científica

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, na qual, segundo Santos (2007), as fontes da pesquisa são materiais impressos ou online, exemplificados por livros, publicações em periódicos, anais de eventos, teses, dissertações, entre outras.

Para este estudo foram utilizadas pesquisas publicadas por indígenas e indigenistas que se dedicam a pesquisar a escolarização indígena e lutam por uma escola que realmente esteja de acordo com a realidade e as necessidades de cada comunidade indígena. Além disso, foram analisados documentos específicos referentes ao Instituto Estadual de Educação indígena Ângelo Manhã Miguel, como o Regimento e os Planos de Estudos.

Salienta-se também que esta pesquisa é fruto de discussões recorrentes entre as autoras, professoras do Instituto e que procuram realizar um constante movimento de reflexão a respeito de sua prática pedagógica, assim como em seus estudos de pós-graduação pesquisam a respeito da escola Kaingang.

## **Resultados e Discussão**

O Instituto Estadual de Educação Indígena é um espaço construído a partir de um processo de mobilização reivindicatória que partiu das necessidades educacionais percebidas pela própria comunidade indígena, pois os estudantes saíam do ensino fundamental cursado em uma escola dentro da comunidade, com a maioria dos professores indígenas e iam para o ensino médio em uma escola em São Valério do Sul, cujo contexto não se prepara para recebê-los e propiciar-lhes uma educação escolar contextualizada, significativa, que respeitasse os valores e os conhecimentos da cultura Kaingang.

A escola iniciou suas atividades no ano de 2014, após cerca de 10 anos de tratativas. Atende apenas estudantes Kaingang, oferecendo o Ensino Médio Politécnico, o Ensino Médio Politécnico modalidade EJA e o curso de Magistério Bilingue.

O Instituto foi pensado e organizado por uma comissão composta por membros da liderança da comunidade, professores indígenas e membros da 21ª CRE e da SEDUC que tratam da educação escolar indígena. O propósito era organizar um espaço de discussão e formação que viesse a atender as demandas em nível estadual, quanto a educação escolar Kaingang. Para efetivação da proposta, foram construídas ementas específicas e as instalações escolares foram incrementadas com um internato para que os estudantes de outras comunidades Kaingang do Estado do Rio Grande do Sul pudessem deslocar-se até o Instituto e permanecerem ali no período em que estavam em curso. Os idealizadores do Instituto o conceberam como um espaço em que se entrelaçam a formação escolar e a valorização e o fortalecimento da identidade Kaingang, amparado na legislação que trata da educação escolar indígena e embasado em referencial teórico específico. A proposta de trabalho visa atender a “pedagogia Kaingang, respeitando, atualizando e valorizando os conhecimentos tradicionais, participando da sistematização e da divulgação destes conhecimentos, bem como da reafirmação dos valores fundamentais da cultura” (Planos de Estudos do Instituto, p.3).

**Evento:** XXV Seminário de Iniciação Científica

Fundamental destacar o quanto esses objetivos diferem daqueles que norteavam as escolas indígenas antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Claramente perceptível no Regimento e nos Planos de Estudos do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel a preocupação com a valorização da língua, da cultura e dos processos próprios de ensino e aprendizagem Kaingang no ambiente escolar e que se relacionam e se apoiam nas legislações educacionais atualmente vigentes e que garantem o direito a uma escola indígena construída sobre quatro pilares: específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Assim, ao trabalhar nesta perspectiva, o Instituto contribui sobremaneira com a escolarização Kaingang, já que entende-se que os professores formados nesta perspectiva contribuirão com o rompimento de aspectos colonizadores que infelizmente ainda estão presentes em muitas escolas indígenas.

O Curso Normal está organizado por meio da Pedagogia da Alternância: durante 15 dias os alunos permanecem na escola com aulas em período integral e no restante do mês permanecem na sua Terra Indígena de origem, em contato direto com a língua, cultura e dinâmica da vida Kaingang. Essa organização demonstra a preocupação do Instituto com a formação de professores que possuam vínculo com a sua comunidade e conhecimentos profundos a respeito da história, cosmologia, cultura, linguagem e processos próprios de ensino de seu povo. Desta maneira, no tempo-comunidade, os alunos costumam realizar pesquisas, rodas de conversa com pessoas mais velhas sobre os aspectos anteriormente mencionados. Quando os alunos retornam à escola, ocorre a discussão a respeito das informações que trazem de casa, sendo, em muitos componentes curriculares, o ponto de partida para trabalhar os conteúdos previstos nos Planos de Estudos. Importante salientar que valorizar a cultura, os saberes tradicionais Kaingang não significa a exclusão dos conhecimentos científicos do currículo, ao contrário, trabalha-se em uma perspectiva de trabalhar os conhecimentos científicos a partir da realidade Kaingang, um exemplo: trabalha-se os conteúdos que cabem ao componente curricular de história a partir da história do povo Kaingang. O mesmo procura-se fazer com os outros componentes curriculares.

Esta perspectiva difere-se de outros cursos de formação de professores não específicos para indígenas e é um imenso desafio, principalmente para a equipe docente do Instituto que não teve acesso a qualquer tipo de formação específica que em seu decorrer propiciasse a valorização e o fortalecimento da identidade Kaingang para trabalhar com uma proposta pedagógica diferenciada. Contudo, há uma enorme consciência por parte da equipe a respeito da responsabilidade de seu agir pedagógico, haja vista estarem sendo formados os futuros professores a atuar nas comunidades Kaingang, de modo que há um esforço coletivo no sentido de ofertar aos alunos uma formação que irá subsidiá-los a ter uma ação pedagógica que caracterize-se por ser específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

**Conclusão:**

Um dos diferenciais do I.E.E.I. Ângelo Manhã Miguel está em sua origem: ele já nasce a partir do desejo de indígenas e indigenistas por uma formação de qualidade e voltada à cultura Kaingang e, ao contrário de outros cursos de formação de professores Kaingang no Rio Grande do Sul, que formaram uma ou duas turmas e depois fecharam, o Instituto está previsto para funcionar por muitos anos, formando as futuras gerações de professores Kaingang e, conseqüentemente, impactando na educação básica ofertada nas comunidades indígenas. Nesse sentido, considerando

**Evento:** XXV Seminário de Iniciação Científica

que fazem apenas três anos que o Instituto atua na formação de professores Kaingang, ainda é difícil mensurar a real dimensão de sua importância para a escolarização indígena, contudo, faz-se imprescindível salientar a importância do Instituto na luta por uma escolarização Kaingang que seja específica, intercultural, bilíngue e diferenciada. Considera-se que muito ainda há para ser feito, pois a equipe docente está sendo organizada para atender as demandas e a cada ano as ações estão sendo repensadas a fim de que o processo de formação esteja em concordância com os pressupostos legais e com os objetivos da instituição. Assim, mais do que repensar a prática cotidiana a equipe está buscando organizar seus próprios espaços de formação e de fortalecimento dos conhecimentos sobre a cultura e sobre os modos próprios de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Escola indígena; Formação de professores; Professores Kaingang

**Keywords:** Indigenous School; Teacher training; Teacher Kaingang

**Referências bibliográficas:**

AMARAL, Fátima Trindade do. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ESCOLA INDÍGENA: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS DE UMA EDUCADORA-PESQUISADORA. In: BENVENUTI, Juçara; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MARQUES, Tania Beatriz Iwazsko (orgs.). **Educação Indígena sob o ponto de vista de seus Protagonistas**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 77-93.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MARQUES, Tania Beatriz Iwazsko. O CURSO E SEUS INTERCURSORES. In: BENVENUTI, Juçara; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MARQUES, Tania Beatriz Iwazsko (orgs.). **Educação Indígena sob o ponto de vista de seus Protagonistas**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 09-41.

BERTON, Clarice dos Santos; MAINARDI, Elisa. A ESCOLA INDÍGENA COMO ESPAÇO DE RESGATE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA KAINGANG. In: BENVENUTI, Juçara; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MARQUES, Tania Beatriz Iwazsko (orgs.). **Educação Indígena sob o ponto de vista de seus Protagonistas**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 64-76.

FERREIRA, Bruno. **Políticas Públicas Para uma Educação Escolar Indígena Diferenciada**. São Leopoldo: Oikos, 2012 (Cadernos COMIN, nº 10).